



Exmo. Senhor
Chefe do Gabinete de S. Exa. a
Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares
Dr. João Bezerra da Silva
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		N.º: 2841/2023 ENT.: 4346/2023 PROC. N.º: 01/2023	24-08-2023

ASSUNTO: Pergunta de Deputados n.º 1907/XV/ (1.ª)

As consequências do "Mercado Livre" de Telecomunicações para as populações da freguesia de Pavia (Concelho de Mora)

Na sequência do Ofício acima identificado, e em resposta à pergunta n.º 1907/XV/ (1.ª) formulada pelos Senhores Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, encarrega-me Sua Excelência, o Ministro das Infraestruturas de, relativamente aos elementos requeridos, enviar a seguinte informação:

- 1. Tem o Governo conhecimento da insuficiente cobertura de ligações na Freguesia de Pavia? Que avaliação faz o Governo desta situação?*
- 2. Que medidas vai o Governo adotar para resolver esta situação?*

O Governo tem conhecimento da cobertura de redes de comunicações eletrónicas de capacidade muito elevada em todo o território nacional, tendo sido realizado em fevereiro deste ano o levantamento da cobertura com granularidade ao nível do endereço (em que a cada endereço corresponde um único edifício).

Conforme é público, e decorre da Resolução do Conselho de Ministros n.º 139/2022, de 28 de dezembro, que aprova a Estratégia Nacional para a Conetividade em Redes de Comunicações Eletrónicas de Capacidade Muito Elevada 2023-2030, o Governo pretende garantir o acesso de toda a população a redes de capacidade muito elevada, tendo como propósito assegurar a cobertura de todo o território nacional, garantindo a cobertura de todos os agregados familiares por uma rede Gigabit até 2030.

De facto, o Governo considera prioritário o financiamento público das áreas de baixa densidade, devido à necessidade de potenciar o interesse dos operadores em cobrir essas zonas, promovendo a coesão territorial e a valorização dos territórios do interior, sem esquecer, contudo, áreas mais densamente povoadas com carências de cobertura.

Nesse sentido, neste momento encontram-se a ser desenvolvidas reuniões de pré-notificação com a Comissão Europeia, tendo em vista a obtenção da aprovação da medida por parte daquela Instituição.

3. *Vai o Governo claudicar às chantagens das operadoras privadas ou vai obrigar que as mesmas realizem os investimentos necessários?*

Tal como previsto no quadro europeu referente às regras em matéria de auxílio estatais, os investimentos privados podem ser complementados, consoante necessário, por fundos públicos, nomeadamente em zonas em que não exista uma rede fixa ou em que não esteja credivelmente prevista a implantação de uma rede no horizonte temporal pertinente capaz de dar resposta às necessidades dos utilizadores finais.

É, aliás, nesse enquadramento, que estão a ser desenvolvidas as reuniões de pré-notificação com a Comissão Europeia, como atrás referido.

4. *Está o Governo disponível para iniciar a reconstrução de um operador público de Telecomunicações, garantindo a coesão territorial e a soberania nacional?*

Este tema não se encontra em discussão pelo Governo, estando em ação as ferramentas e projetos que procuram promover a coesão territorial também na área das telecomunicações. O concurso para a cobertura das áreas brancas com redes de alta capacidade é um desses projetos fundamentais em que o Governo está empenhado para assegurar a coesão territorial do País.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete



(Eugénia Correia)